

3. Os seringueiros em movimento

3.1. Introdução

Em fins da década de 60, a Amazônia experimentou um processo de transformação. Este momento, marcado pela forte atuação do Estado e por investimentos do capital privado nacional e estrangeiro, registrou uma intensa devastação dos recursos naturais e a desarticulação das relações sociais previamente estabelecidas em um espaço amplamente divulgado pelas propagandas do governo como sede de um vazio demográfico. No Acre, a política de “modernização” teve início nos anos 70, sob a administração de Wanderlei Dantas, que atuava em conformidade com as diretrizes do governo federal para a região amazônica. Era preciso, de acordo com o pensamento propagado pelo regime militar, ocupar uma área potencialmente vulnerável, desenvolvê-la e integrá-la ao restante do país. Nesta época, os seringueiros despontam como um movimento, cujos atos consideravelmente individuais passam a assumir contornos coletivos, de uma luta mais unificada, o que não implica afirmá-la homogênea.

Este capítulo trata da ascensão dos seringueiros enquanto um movimento social, das situações que enfrentaram em um período que cobre aproximadamente dez anos, desde meados de 70 até os primeiros anos da década seguinte. A partir de nossa exposição, observaremos de que modo o movimento emerge, os distintos atores envolvidos, as táticas empregadas por seus membros, sua organização, as divergências internas. Ainda, suas especificidades e ações são acompanhadas mediante um contexto dos planos interno (local, regional, nacional) e externo (internacional, transnacional e global).

Iniciamos, então, esboçando um panorama geral sobre o movimento. Ao longo destas páginas, avançamos em uma análise acerca de sua transposição, fato que examinaremos de modo incisivo no próximo capítulo.

3.2. As origens do movimento

A articulação de um movimento remonta à idéia de processo, indicando o desenrolar de uma ação. Neste trabalho, escolhemos como marco para a análise do nosso objeto de estudo o ano de 1976. Embora as manifestações por parte dos seringueiros já sucedessem, é a partir deste ano que suas ações assumem uma feição mais organizada e sistemática, rompendo o isolamento inicial. Para entendermos esta alteração, é preciso que verifiquemos a dinâmica apresentada no plano doméstico, representado pelas sociedades acreana e brasileira de então. Discorrer sobre tal plano faz-se necessário, pois nos permite identificar sua margem de “abertura” ou “fechamento” de acordo com a percepção dos atores envolvidos na contenta, sejam estes integrantes do grupo, aliados ou objetos das demandas. Entre alguns pontos que merecem destaque, apontamos a política de “desenvolvimento” do regime militar para a região norte e sua aplicação no Acre; a crise da economia extrativista; a atuação da Igreja Católica no estado e dos demais aliados que foram se envolvendo na disputa. Cabe ressaltarmos que, durante este período, os acontecimentos no plano externo pouco influíram no desenrolar da disputa local, mostrando-se sobressalentes a partir de meados da década de 80.

No Brasil, os anos que compreendem o final da década de sessenta e o início da seguinte inscrevem-se em um período singularizado pela idéia de “modernização”, ensejando mudanças na estrutura da sociedade brasileira. Segundo o pensamento vigente, era preciso superar os entraves ao progresso, ao desenvolvimento do país, indo de encontro aos obstáculos que eram postos pela persistência de uma “ordem tradicional”. Este processo, calcado na urbanização e industrialização, contrapunha o moderno ao arcaico, a cidade ao campo. Neste sentido, o campo era percebido como o sinônimo de atraso. Era de fundamental importância torná-lo altamente produtivo, em função das necessidades impostas pela zona urbana, pelas indústrias. Esta

percepção, observada no pós-guerra, será acentuada nas duas décadas que se seguiram.³⁴

Em 1964 é instaurada no país a ditadura militar, estendendo-se por cerca de vinte anos. Inicialmente divulgada como uma medida temporária, até que o Brasil retomasse a “normalidade”, os militares mantiveram-se no poder, utilizando-se da repressão, censura e da criação de um aparato legal, singularizado principalmente pela aprovação de atos institucionais e pela promulgação da Lei de Segurança Nacional. Em fins dos anos 60, o regime militar põe em prática seu plano de modernização para a Amazônia, estendendo-se ao longo dos anos 70. Conhecido como “Operação Amazônica”, procurava-se através deste plano integrar a região ao resto do país, povoá-la de modo a assegurar a soberania em uma área de “vazio demográfico” e, simultaneamente, impulsionar o aumento do volume das exportações brasileiras. Entre as políticas governamentais adotadas para o desenvolvimento da região, destacamos a criação de órgãos públicos, a colonização dirigida e a concessão de incentivos fiscais. Como aqui nos interessa entender o processo de valorização da Amazônia, seus impactos e sua relação com as diretrizes seguidas no estado do Acre, concentramos nossa exposição nas duas últimas políticas apontadas acima e, por conseguinte, nas operações de três órgãos: Sudam, Basa e Inkra.

Criada em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) veio substituir o papel antes exercido pela Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA). Neste sentido, sua criação ocorreu em meio a articulação do plano de desenvolvimento para a Amazônia, redefinindo-se as diretrizes do Plano de Valorização da Amazônia, este elaborado em 1946, conforme nos apresentam Cardoso e Müller (1977). A partir da exposição e interpretação dos referidos autores acerca do Plano, algumas diretrizes sobressaem como fundamentais no que concerne à aplicação local do projeto desenvolvimentista, no caso em questão no estado do Acre. Além de estimular a ocupação da Amazônia via o deslocamento de excedentes populacionais e a implementação de uma política imigratória, o plano

³⁴ A polarização entre o moderno e o tradicional e suas implicações para a sociedade brasileira foram o objeto de estudo de diversos sociólogos, entre estes Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976). No que concerne ao pensamento econômico, um histórico é traçado por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1981).

procurava incentivar na região a adoção e atividades vistas como mais lucrativas, entre estas a pecuária, em substituição ao extrativismo. A atividade extrativista era percebida, portanto, como um resquício do passado, um entrave ao progresso. O plano, ainda, previa a adoção de uma política de incentivos fiscais e creditícios, a fim de estimular os investimentos do capital privado nacional e internacional.

A criação da Sudam e do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) e a atuação da primeira instituição junto ao Banco da Amazônia S.A. (Basa) vieram formar o arcabouço jurídico-institucional para a consolidação dos pontos expostos acima. Enquanto à Sudam cabia supervisionar a execução de projetos, programas de infra-estrutura, decidir sobre a liberação de recursos por meio do Basa, o Incra – criado em 69 – atuava na ocupação da região, seja através da desapropriação de terras para a reforma agrária, da implantação/aprovação de projetos de colonização oficiais ou particulares, ou mesmo pelo estímulo à agropecuária. Desse modo, estes órgãos decidiam as políticas a serem empregadas na Amazônia, compreendendo desde a instalação de energia elétrica e de escolas à venda e distribuição de terras, o fomento à indústria e a abertura de grandes rodovias, como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, a BR-364.

A política de colonização do governo esteve estreitamente atrelada à questão da concentração fundiária, em especial nas regiões sul e sudeste.³⁵ Ao estimular o deslocamento dos excedentes populacionais, buscava-se dissolver as tensões sociais que se mostravam cada vez mais frequentes entre os pequenos proprietários – expulsos de suas terras para a instalação das agroindústrias, principalmente aquelas voltadas para a produção de soja, em franca expansão no estado do Paraná – e as grandes empresas. Ao mesmo tempo, objetivava-se a ocupação de um espaço percebido como suscetível à penetração estrangeira. Neste sentido, povoavam-se áreas divulgadas nas propagandas oficiais como “sedes de um vazio demográfico”, localizadas no Norte e Centro-Oeste do país. Este mecanismo ocorria através de

³⁵ No nordeste, além da concentração fundiária, a seca figurava como um outro problema na região. No que concerne à colonização do Acre, observou-se um processo distinto do assistido até a década de 40, durante a “Batalha da Borracha”, quando um grande contingente de nordestinos se deslocou para o estado, convertendo-se nos “soldados da borracha”. Nos anos 70, as terras foram ocupadas majoritariamente pelos “paulistas”.

projetos elaborados e implementados exclusivamente com o capital público, ou em parceria com empresas privadas de colonização.

Desse modo, o Estado promovia a instalação da pequena propriedade nestas regiões, atuando de forma paliativa no que diz respeito à questão fundiária. Paralelamente, transferia o clima de tensão observado no sul e sudeste, pois, ao classificar as “novas” áreas como um vazio demográfico, desconsiderava a existência de posseiros, índios, seringueiros, ribeirinhos e demais sujeitos previamente presentes nestas localidades. Ainda, a falta de subsídios estatais, associada a uma situação de mando da parte dos agentes das empresas de colonização e dos próprios integrantes do aparelho do Estado, agravava os conflitos na região.³⁶

Uma realidade distinta da experimentada pelos colonos foi destinada aos que direcionavam seus empreendimentos para o desenvolvimento de atividades consideradas rentáveis. Este fato pode ser atribuído à política de incentivos fiscais elaborada pelo governo federal. Entre as medidas que compunham a política governamental, assinalamos os programas de crédito para a consolidação de projetos de natureza distinta (rural, industrial, infra-estrutura); as isenções dos impostos de importação e exportação; e o abatimento de 50% sobre o imposto de renda até o ano de 1982, o que poderia se estender para 100% no caso de atividades empreendidas até 1974 (Cardoso & Müller, 1977, p.117, 159). Tais medidas atraíram para a Amazônia grandes empresas do Sudeste e Sul, principalmente de São Paulo, além de corporações multinacionais. Deste modo, grupos econômicos como o Bradesco, a Volkswagen, a Bordon, esta no estado do Acre, empresários, como o norte-americano Daniel Keith Ludwig³⁷, além de fazendeiros individuais, adquiriram extensas áreas, freqüentemente convertidas em fazendas de gado. Ademais, a partir de 1972, foi elaborado o plano de ocupação de terras devolutas ao longo dos eixos rodoviários, impulsionando a frente agropecuária. De acordo com Cardoso e Müller, a estratégia do Incra era a instalação de pequenas e médias propriedades de atividade

³⁶ Para uma análise sobre alguns projetos de colonização na Amazônia direcionados para os sulistas, ver Santos (1993).

³⁷ A propriedade de Ludwig, localizada na divisa dos estados do Pará e Amapá, alcançava, segundo Martins (1981), 3 .600.000 hectares. No local, o empresário deu início a atividades distintas, que configuraram o Projeto Jarí S.A., cujo principal objetivo era a produção de celulose e papel. Becker (1997) estima em 1.500.000 ha a dimensão desta empresa agropecuária.

pecuária, processo que se iniciou na Amazônia Ocidental com a abertura à concorrência pública de 500 mil ha, a princípio, em Rondônia (Ibid, p.123).

O programa governamental, destarte, apresentava-se em harmonia não apenas com a ênfase atribuída ao desenvolvimento de atividades lucrativas na região, mas com o pensamento pró-Estados Unidos, defendido amplamente por Roberto Campos. Conquanto as pressões internacionais sobre a região pudessem representar no imaginário militar uma ameaça à soberania nacional, o regime ditatorial empenhava-se na atração de investimentos estrangeiros, atrelando-os aos interesses da elite brasileira. O intuito era a recuperação da economia, expressa no “Milagre Brasileiro”. Esta perspectiva acerca da política seguida pelo regime resulta na desmistificação de uma pretensa falta de coordenação no que se refere às ações federais para a Amazônia. Se por um lado tal política possa parecer ambígua ao apresentar objetivos supostamente contrários, por outro, mostra-se de acordo com uma estratégia calcada no binômio desenvolvimento-segurança: a garantia desta última estaria vinculada ao desenvolvimento econômico, o que ocorreria mediante a aliança com o capital estrangeiro. De fato, a partir das diretrizes inscritas no Plano de Valorização, verificamos que a política adotada pelo governo insere-se em um projeto pautado pela associação entre o capital nacional e estrangeiro.³⁸

No Acre, a implementação do plano de modernização ocorria em um momento de decadência da atividade extrativista, embora neste estado o extrativismo representasse a base de sustentação da economia local. Predominante na Amazônia, o extrativismo da borracha experimentou seu apogeu até a primeira década do século XX, aproximadamente, quando foram implementados na Ásia os grandes seringais de cultivo. A partir de então, a economia extrativista entra em um período de decadência, intercalada por fases de reaquecimento, a exemplo dos anos que compreenderam a Segunda Guerra Mundial. A borracha brasileira vai, assim, perdendo paulatinamente a importância no mercado internacional, em concorrência com a elevada produção proveniente dos seringais da Malásia, onde se utilizavam técnicas mais refinadas. Este fato resultou no desaquecimento da economia

³⁸ Sobre a política adotada pelo regime militar, ver Vizentini (1998) e Pinheiro (2004).

extrativista, apesar dos esforços dos seringalistas junto ao governo federal para garantir a sobrevivência do setor.

Em um período de aproximadamente vinte anos, as principais medidas para o setor giravam em torno da manutenção do monopólio estatal de compra e venda do produto, o que se deu inicialmente através do Banco de Crédito da Borracha – criado na década de 40, com o auxílio do capital norte-americano – e mais tarde transformado em Banco de Crédito da Amazônia S.A. (BCA). A partir da implantação da “Operação Amazônica”, a crise no setor se agravou substancialmente: o BCA foi convertido no Basa, instituição que, em 1971, suspendeu a concessão de créditos aos seringalistas endividados. Ademais, em 67 chegou ao fim o monopólio de compra e venda da borracha, face à crescente demanda industrial pelo produto. A crise do extrativismo repercutiu de um modo geral na região Amazônica, desestruturando o sistema de aviamento à medida que se agravava a situação.

O sistema de aviamento consistia no fornecimento de produtos e matéria-prima para os seringueiros em troca do volume de borracha que estes produzissem. Os produtos eram adquiridos pelos patrões – proprietários ou administradores dos seringais – nas casas aviadoras de Belém e Manaus, de onde a borracha alcançava o mercado internacional. As matérias-primas eram disponibilizadas para os trabalhadores no barracão a preços extremamente elevados, se comparados aos altos valores estabelecidos pelas casas aviadoras. No barracão funcionava a contabilidade do seringal, local onde eram registradas todas as despesas e empréstimos concedidos aos seringueiros. Estes, ainda que entregassem toda a sua produção para cobrir a dívida, não conseguiam saná-la, permanecendo em um estado de “eterno endividamento” para com o patrão.

O endividamento já se instaurava na compra de instrumentos para a extração do látex e antes mesmo da chegada do trabalhador ao seringal, em virtude dos custos de sua viagem para a área de trabalho. Esta condição era agravada por fatores como o analfabetismo entre os trabalhadores, a distância do lugar de origem (grande parte dos trabalhadores era formada por migrantes nordestinos, vindos até meados da década de 40), o isolamento dos seringais, como os do Vale do Juruá, o que favorecia o

aparecimento do trabalho escravo e de ações coercitivas violentas nos seringais.³⁹ Ademais, entendemos que tal condição, somada aos fatores expostos, também dificultava uma articulação entre os seringueiros, cenário que começou a se modificar a partir dos anos 70.

O sistema de aviamento, portanto, ditava uma cadeia de dependência que possuía em sua base a figura do seringueiro e no topo as empresas, representando o capital privado internacional, como demonstra Paula (Paula, 1991, p.88).

O início dos anos 70 foi marcado no estado do Acre pela adequação em nível local das medidas que se delineavam para o âmbito regional. Sob a administração de Wanderlei Dantas, o governo estadual impulsionou uma campanha para atrair empresários do Centro-Sul do país, incentivando o desenvolvimento da pecuária. O slogan divulgado nas propagandas oficiais enfatizava o caráter estratégico do Acre, remontando à possibilidade de exportação da produção nacional através de estradas que ligariam o estado ao Oceano Pacífico. A propaganda salientava as boas condições do solo acreano, marcando sua distinção em relação às regiões sul e nordeste. Este cenário de implementação das diretrizes federais é complementado pela grave crise do setor gomífero, a qual nos referimos anteriormente. A partir de então, teve início a abertura da frente agropecuária no estado, impulsionada, ainda, pelo baixo preço das terras e pelas perspectivas de sua valorização com a construção e asfaltamento de estradas, como a BR-317 e a BR-364.

A consequência foi a desestabilização das relações sociais previamente estabelecidas na sociedade acreana. Em um curto período a concentração de terras recrudesciu de forma assustadora no estado, sendo classificada como a maior do país (Duarte, 1987). Ademais, assistiu-se à expulsão de seringueiros e demais populações residentes na floresta. Quanto aos primeiros, tiveram destino variado: enquanto uma parcela deslocou-se para os seringais da Bolívia, outros foram engrossar o cinturão de pobreza das cidades, em especial a capital Rio Branco, causando seu inchaço. Alguns “transformaram-se” em posseiros, ao passo que os demais assumiram a designação de “autônomos”. Uma pequena parcela foi incorporada às novas atividades, sendo contratada como peões nas fazendas de gado. Acrescenta-se a estes acontecimentos o

³⁹ Ver Esterci (1999).

desmatamento dos seringais para a formação de pastagens, a especulação imobiliária, a grilagem e a rápida valorização das terras.

No que concerne aos seringueiros autônomos, seu surgimento guarda relação com a decadência do setor gomífero. No decorrer da crise, diversos seringalistas arrendaram suas propriedades ou abandonaram-nas. Esta ocorrência acarretou em maior autonomia para o seringueiro comercializar sua produção, podendo optar por vendê-la ao marreteiro. O termo “autônomo”, empregado por diversos autores (Paula, Calaça, Duarte, Allegretti, Gonçalves, entre outros), refere-se ao seringueiro “liberto”, em contraposição ao “cativo”, conforme a diferenciação identitária estabelecida pelos próprios seringueiros⁴⁰. Sua concentração se deu fortemente no Vale do Acre, devido em grande parte à desestruturação da empresa seringalista, associada à crise do setor, e à abertura de estradas ainda na década de 60, que proporcionavam ao seringueiro o contato com outros compradores, como nos informa Gonçalves (1998).

A transferência dos seringais para os paulistas – designação atribuída aos novos ocupantes das terras no Acre, provenientes do Centro-Sul, principalmente de São Paulo – ocorreu de forma intensa durante a primeira metade da década de 70. Segundo Calaça, por volta de 1/3 da área do estado havia sido vendida a pecuaristas, somando 284 proprietários. Desta área, 32% concentrou-se nas mãos de 4 compradores (Calaça, 1993, p.111). Este autor nos traça um panorama sobre o processo de ocupação das terras no estado, com a inserção na sociedade acreana de novos atores (grandes empresários, pequenos e médios proprietários e trabalhadores sem-terra):

“[...] a corrida pela terra no Acre assume um caráter seletivo e excludente. Isto porque os primeiros a chegarem e rapidamente adquirirem grande parte das terras de mais fácil acesso foram empresários e especuladores que compraram grandes seringais, ao longo dos eixos rodoviários, em fase de implantação, no Estado. Em curto espaço de tempo, grande parte das terras colocadas à venda pelos seringalistas haviam sido transferidas a sulistas. Muitos compradores fizeram fortuna comprando e vendendo terras no Acre. Os grupos que chegaram a seguir, formados por pequenos produtores e trabalhadores rurais procedentes do centro-sul, só tiveram acesso à terra

⁴⁰ Allegretti (2002) nos atenta para este fato ao relatar que, em um de seus encontros com Chico Mendes, este lhe informara sobre a existência de seringueiros “libertos” – categoria até então desconhecida para a autora – em oposição aos “cativos”.

através do mercado imobiliário ou via projetos de colonização implantados pelo INCRA” (Calaça, 1993, p.112).

No entanto, a venda de propriedades para a instalação da pecuária não significou o fim dos seringais, visto que nem todos os seringalistas se desfizeram de suas terras. A partir de 73, com a primeira crise internacional do petróleo e suas conseqüências para a economia brasileira, os que permaneceram tiveram um novo alento, expresso na execução do Probor I e suas versões, II e III. As diretrizes do Programa de Incentivo à Borracha Vegetal (Probor), elaborado pelo governo federal e destinado a estimular a produção gomífera, compreendiam de um modo geral a elevação do número de colocações de seringa e a implantação de usinas de beneficiamento do látex. Não apenas os seringalistas, mas também os “paulistas” se favoreceram com os recursos do Probor, desviando-os para outras finalidades.

No decorrer deste processo de transferência das propriedades, os seringueiros – referimo-nos aos “autônomos”, pois a instalação de fazendas de gado sucedeu de forma maciça ao longo das estradas no vale dos rios Acre e Purus (BR-317, no eixo Rio Branco-Xapuri-Brasiléia, e BR-364, entre a capital e Sena Madureira, respectivamente) – viram-se expulsos de suas colocações das mais variadas formas. Foram intimidados, ameaçados, forçados a sair para a “limpeza” do solo, ou seja, para o desmatamento da área a fim de convertê-la em pastagem. A este respeito, Paula nos fornece algumas informações, extraídas de uma série de depoimentos que ilustram a situação experimentada pelo grupo. Neste cenário, as ações empregadas pelos novos ocupantes incluíam a “obstrução de estradas e varadouros⁴¹, proibição de cultivo, intimidações da polícia e pistoleiros que “visitavam” constantemente as famílias dos seringueiros e “posseiros””, criando um “clima de terror, de guerra psicológica” entre os seringueiros, segundo o relato reproduzido pelo autor (Paula, 1991, p.67).

⁴¹ O varadouro consiste no caminho que liga cada colocação dos seringueiros entre si ao longo do seringal até à “margem”, localizada à beira dos rios. Na margem, situam-se a casa do seringalista ou do gerente do seringal, as moradias dos demais trabalhadores do seringal, o barracão e um porto. Através do varadouro, as mercadorias são transportadas e a borracha é levada ao barracão. No “centro” da propriedade localizam-se as colocações: pequena área na floresta, onde o seringueiro constrói sua moradia. Na floresta, junto à colocação, estão as estradas de seringa, a saber, vias abertas pelo extrator e que ligam um certo número de seringueiras. Como não há um limite demarcado entre cada seringal, a interseção entre as estradas de seringa é freqüente.

Assim, se a estrutura de oportunidades se mostrava fechada para os trabalhadores rurais que chegavam às diversas áreas da Amazônia, como apontamos anteriormente com relação aos colonos⁴², o cenário não era distinto para os seringueiros, conforme nos evidenciam os fatos relatados acima. O trecho em destaque reforça esta constatação por dois motivos: em primeiro plano, nos apresenta o respaldo do estado, sob o regime ditatorial, às atitudes cometidas pelos “paulistas”. As ações estatais, por conseguinte, estavam para além das medidas institucionais previstas no Plano de Valorização, o que reforçava sua presença na região. Tratava-se, neste sentido, da organização de todo um aparato que lhes garantisse – aos compradores e ao estado – a execução das metas de modernização para a região, incluindo as ações coercitivas da polícia, a censura à imprensa, e que corroboravam a violência empregada contra os desfavorecidos no campo de luta.

Entretanto, um outro fator se sobrepõe ao anterior, sendo fundamental para a classificação da estrutura de oportunidades de então como fechada: a percepção dos próprios atores do movimento. Ao enfatizarem as “intimidações da polícia e de pistoleiros”, os atores em questão mostram-se cômicos da pequena margem de manobra que possuíam para o estabelecimento de articulações, de atuação política. São estas condições adversas percebidas enquanto tais pelos atores da contenda que caracterizarão o fechamento da estrutura, estando em conformidade com as prerrogativas de McAdam et al (2001), também reforçadas por Sikkink (2002). Não obstante o ambiente opressor, os seringueiros contarão com o apoio de alguns aliados que, paulatinamente, vão se posicionando no conflito.

3.2.1. Novos atores aderem à luta

A mudança do cenário local, conduzindo a uma maior abertura ou menor fechamento da estrutura de oportunidades para estes atores, começa a se delinear ainda nos primeiros anos da década de 70. Inicialmente, a resistência dos seringueiros ocorria de maneira mais isolada e menos organizada, situação que tendeu a se alterar

⁴² A situação dos colonos indica que a estrutura de oportunidades permanecia fechada para os trabalhadores rurais em outros locais do Brasil, vide o caso dos sulistas, que enfrentavam um processo de expropriação nas suas áreas de origem.

a partir da segunda metade daquela década. Para que tal mudança sucedesse, alguns fatores foram fundamentais, entre estes a atuação da Igreja e a chegada da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) ao Acre.

“No início só tinha nós, nós e nós e a Igreja Católica que, de forma muito tímida, mas aqui e acolá ela tava”. O depoimento de Raimundo Mendes Barros não apenas caracteriza a estrutura política do momento, mas sinaliza a possibilidade de sua alteração ao identificar o primeiro aliado na disputa com o governo/novos donos das terras: a Igreja. Ainda em 1971, esta instituição atuava em parte do estado junto aos trabalhadores. Sob a responsabilidade de D. Giocondo Maria Grotti, bispo da Prelazia do Acre e Purus⁴³, os salões das igrejas serviam de abrigo para discussões pautadas pela Cartilha do Seringueiro, cujo intuito era orientar e conscientizar o trabalhador sobre seus direitos. A partir daí, tiveram início as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se expandiram rapidamente da periferia de Rio Branco para o interior do estado.

Em 1972, após a morte de D. Giocondo, é nomeado um novo bispo para a Prelazia, D. Moacir Grechi. Procedente do sul do país, onde a Teologia da Libertação ganhava proeminência entre os membros da Igreja Católica, D. Moacir dará continuidade às ações da Igreja em benefício dos seringueiros, ações estas que se acentuarão na medida em que os conflitos se tornam mais frequentes na região. Neste sentido, em 73 é lançado o “Catecismo da Terra”, com o objetivo de divulgar o Estatuto da Terra, adaptando-o à realidade do seringueiro. Esta iniciativa revelou-se de extrema importância, visto que o Estatuto, aprovado em 64, ainda no governo Goulart, traçava as regras para a reforma agrária no país. Como elaborada no documento, tal reforma direcionava-se aos pequenos camponeses expulsos de suas terras, convertidos em “posseiros”; visava a desapropriação dos grandes latifúndios para a instalação destes trabalhadores ou, como afirma Martins, dos “lavradores desalojados” (Martins, 1981, p.96). Ao redirecionar o documento para a realidade acreana, a Igreja procurava atuar na legalidade, inserindo o seringueiro em uma outra

⁴³ No Acre, além da Prelazia do Acre e Purus, sediada na capital do estado, existe a Prelazia do Alto Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul. A do Acre-Purus compreende os municípios de Rio Branco, Senador Guiomar, Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil, Sena Madureira e Boca do Acre, este último no estado do Amazonas.

categoria. Atribuía-lhe, portanto, a identidade de “posseiro”, que será questionada posteriormente pelo movimento.

Contudo, as medidas tomadas pela Igreja consistiram nos primeiros passos para a mobilização dos seringueiros, aliando evangelização e conscientização. Foi por meio das CEBs e das demais ações implementadas pela instituição que estes atores começaram a unir-se, a formar uma resistência, possuindo como referência, inicialmente, o Estatuto da Terra. Este processo de mobilização das bases e de organização será intensificado a partir da instalação da Delegacia Regional da Contag no estado, em 75, instituição que obteve o apoio da Igreja. Neste mesmo ano, é formada a Comissão Pastoral da Terra – a CPT – presidida por D. Moacyr. Seguindo a linha progressista da Igreja já adotada no Acre, à CPT coube assessorar os trabalhadores rurais na defesa de seus direitos. No ano seguinte a sua criação, a entidade divulgou em seu boletim um editorial, posicionando-se a favor das organizações sindicais livres do controle do estado:

“Somos pela liberdade de organização sindical, somos favoráveis a um sindicalismo que represente só o esforço de defesa dos trabalhadores. Um sindicato apadrinhado e controlado assim pelo governo, ou por dirigentes vendidos, pelegos, não é um sindicato verdadeiro. [...].

Defendemos o direito que os trabalhadores têm de se organizarem em defesa de seus interesses sem a tutela e o controle de ninguém. Tanto é assim, que não defendemos a criação de frentes cristãs de promoção sindical, como algumas vezes tem feito a Igreja Católica [...]. É preciso que tenham diretorias formadas por companheiros sinceros, para que então haja boas federações e boa confederação”. (Boletim da CPT, mar. e abr./1976. In: Paula, 1991, p.75)

Com a chegada da Contag, são fundados diversos sindicatos no estado⁴⁴, entre estes o de Brasiléia, em 75. Destacamos o sindicato deste município pela relevância que tal organização assumiu, possuindo entre seus membros Wilson Pinheiro, um dos expoentes do sindicalismo no Acre e a maior liderança do movimento até seu assassinato, em 1980. Brasiléia representou o ponto de partida para o processo de organização dos seringueiros, servindo como referencial para a criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Xapuri, em 77. Foi no STR de Brasiléia que a Contag, em parceria com a Igreja, atuou de forma incisiva, proporcionando as bases para a formação de uma resistência mais articulada da parte dos trabalhadores. Neste

⁴⁴ Os demais sindicatos fundados foram os de Sena Madureira, em 75; Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Tarauacá, em 76; e Feijó, em 77.

sentido, a Contag oferecia treinamento, curso de sindicalismo – que contou com a participação de Chico Mendes –, atividades que eram desenvolvidas no espaço físico da Igreja. Por conseguinte, um traço característico desta parceria foi a atuação de diversos membros das CEBs no sindicalismo, como nos confirma Chico Mendes: “Eu me engajei na organização das comunidades eclesiais de base, e ao mesmo tempo fazia o trabalho sindical” (Sobrinho, 1992, p.182).

Chico esteve presente na fundação do STR de Brasiléia, assumindo a posição de secretário. Cabe salientarmos que na região, ocupada majoritariamente por seringueiros autônomos, os conflitos recrudesciam na medida em que os seringais eram transferidos para os novos proprietários, os “paulistas”. Neste cenário de tensão e de articulação, sucede a primeira grande mobilização dos seringueiros, em 1976, no seringal Carmem, mediada pela Contag, através do sindicato de Brasiléia. O episódio reuniu cerca de sessenta seringueiros e durou três dias, destacando-se como uma ação mais organizada e de caráter coletivo, em contraposição aos conflitos isolados do passado. Outrossim, a disputa no seringal Carmem consistiu no princípio de uma série de empates e de um processo de construção de identidade para e entre os atores deste movimento. Aqui, referimo-nos às categorias “posseiro” e “seringueiro”, respectivamente, em meio à disputa de visão entre os seringueiros e seus aliados.

Assim como a Igreja, a Contag procurou trabalhar no marco da legalidade, fato que implicou na construção/atribuição de uma identidade para o grupo: a de “posseiro”. Ao se estabelecer no Acre, a Contag observou uma situação particular, distinta do que ocorria em outras regiões do país, onde os conflitos pela posse da terra envolviam de um modo geral categorias bem definidas e reconhecidas juridicamente: pequenos e médios produtores expulsos de suas propriedades, arrendatários, entre outros. Diante de uma realidade “nova” e buscando estabelecer um consenso entre os atores em torno de uma proposta que fosse compatível com o Estatuto da Terra, a Contag decidiu atuar de forma a “enquadrar” o seringueiro na categoria de “posseiro”. Neste processo, a Contag orientava os seringueiros visando que estes fossem reconhecidos como posseiros pelos demais e que, sobretudo, se identificassem enquanto tais.

Duas orientações foram fundamentais. Segundo a Contag, os seringueiros deveriam permanecer em suas colocações e, se possível, promover benfeitorias nestas, como o plantio do roçado. Estas ações facilitariam a aplicação da lei no sentido de garantir a posse da terra, no caso de mais de um ano de permanência na colocação, ou o pagamento de um valor mais elevado como indenização, se o seringueiro optasse pelo estabelecimento de um acordo com o proprietário. Ademais, os seringueiros não deveriam pagar a “renda” aos seringalistas; do contrário, seriam equiparados no âmbito legal aos arrendatários, sem qualquer direito à posse da terra. A tática seguida pela Contag para solucionar os conflitos foi a negociação com os proprietários, que mereceu a corroboração inicial dos seringueiros. Como exemplo, tomamos o episódio ocorrido no seringal Carmem. Seguindo a orientação da Contag, o conflito foi solucionado com a aquisição de lotes pelos seringueiros, fato criticado anos mais tarde por Chico Mendes, como veremos a seguir.

Ainda no que tange à identificação dos atores participantes da contenda, a superposição de categorias faz-se presente nas palavras de um seringueiro, que pretendia impedir a ação de loteamento do seringal Icurian, onde vivia, por um topógrafo da Coapai (Cooperativa Agropecuária do Alto Iaco), uma empresa de colonização:

“Então eu reuni seis amigos e fumo lá parar o serviço, humildes, na calma, sinceramente, em união. Dissemos pra ele (o topógrafo): ‘queremos que o senhor pare o serviço; vai dizer ao seu chefe pra ele vim dar uma decisão pra *nóis*, que *nóis* somo pobre, sacrificados; aqui tem mil e tantas crianças sofrendo à mingua; têm muitas mãe de família, muitos pai de família e como é que o senhor vai ‘cortar’ esse seringal, sem tomar nenhuma autorização de *nóis*? Como é que os senhores compraram a terra sem tomar uma autorização com os posseiros? Então, *nóis* queremos uma atitude prá *nóis* *vivê* aqui mais tranqüilo, mais sossegado’ Aí ele (o topógrafo) foi e denunciou de mim na delegacia de polícia de Assis Brasil.” (Varadouro 13/dez de 1978. In: Gonçalves, 1998, p. 377. Grifo meu.)

A disputa foi resolvida posteriormente pelo estabelecimento de um acordo, com a intermediação do sindicato. Entretanto, o reconhecimento do próprio ator como “posseiro” encerra uma ambigüidade, posto que o mesmo apontará a insuficiência da solução proposta pelo sindicato, a saber, aquisição de lotes:

“Diante da atitude de resistência dos seringueiros dos seringais Guanabara, Icurian e São Francisco, o presidente da Coapai teve que se dobrar e tentar um acordo com os posseiros, tendo o sindicato como intermediário. Propôs a doação pela Cooperativa de um lote para cada família de posseiro. [...] Além disso, os seringueiros acharam

que 50 a 100ha, ou até mais, sem aceso às estradas de seringa (não lhes serve), como argumenta Seu Expedito: ‘os 50ha de terra não cabe uma metade de uma outra estrada de seringa, porque o terreno é muito pequeno, não dá’.

[...] ‘Nóis queremos é a seringa. Nóis queremos ficar onde nós estamos, cada qual com sua colocação. Foi a proposta que defendemos junto ao Sindicato’ (Varadouro, 13/dez de 1978. In: Gonçalves, 1998, p. 390. Grifo meu).

Outro fato revelador neste depoimento consiste na identificação do ator envolvido na contenda. Inicialmente, a leitura do primeiro trecho, apenas, sugere tratar-se de um posseiro. Tal constatação, com efeito, não se mostraria improcedente se partirmos da observação de que existiam no local seringueiros e posseiros e que, segundo Paula (1991), os primeiros conflitos pela terra sucederam entre posseiros e os ‘novos ocupantes’. Contudo, os questionamentos se dissipam ao atentarmos para o desfecho do caso. No segundo trecho, a resistência relatada e posta em prática pelo “posseiro”, junto aos seus ‘amigos’, é atribuída aos “seringueiros”. E a atitude dos “seringueiros” desencadeia o estabelecimento de um acordo entre a empresa e os “posseiros”. Observe-se, então, que mesmo o jornal “O Varadouro”, que funcionava como uma imprensa alternativa no estado do Acre, atribui a identificação de “posseiro” ao seringueiro, como evidencia a reportagem. E não apenas este jornal, mas também intelectuais, como Grzybowski, utilizam a superposição destas identidades⁴⁵. A Igreja consiste em um outro aliado que reforça esta identificação na medida em que a instituição apoiava a tática da Contag de aquisição de lotes, transformando estes atores em pequenos produtores.

Todavia, se a passagem acima expressa uma insatisfação dos seringueiros/posseiros com relação às soluções articuladas por intermédio dos sindicatos, ainda em 79 o Varadouro publica a seguinte entrevista, novamente superpondo identidades, com o respaldo do ator (seringueiro/posseiro):

“- (Vicente) Eu sou viúvo, mas tenho filhos estudando no Ginásio e preciso colher da terra alguma coisa que possa sustentar eles no estudo e por isso para mim não tem sido nem menos nem mais do que uma vida árdua e estou até arriscado a perder a vida a qualquer momento. Porque, mesmo depois que nós estamos aqui debaixo das asas das autoridades, veio um deles um pistoleiro, interpor, tomar ocasião, não respeitando mesmo o Comandante daqui...como é o nome disso aqui?
Varadouro: Quartel da PM.

⁴⁵ Ver Grzybowski (1987). Em sua tipologia, o autor “enquadra” os seringueiros na categoria de posseiros.

- Vicente: Isso mesmo, o Comandante do Quartel da PM. Falou então...Quem escutou, pode falar companheiros.
- Um Posseiro: disse que nós não sabe matar; eles é que sabem matar.
- Varadouro: Quem falou isso?
- Posseiro: Foi o Aliseu (Eliseu, um dos capangas de Líbero Luchesi).
- Varadouro: ‘Seu’ Vicente, o que o Luchesi vinha fazendo contra vocês?
- Vicente: despejar, só falando em despejar.
- José de Souza Marques (Posseiro): vem derrubando as seringas de todos os seringueiros e não dão indenização pra ninguém. Diz que lá ninguém é posseiro, que posseiro não tem direito. Nós véve (vive) lá ameaçado de jagunço e pelos donos da fazenda, mas nem é fazenda, porque não tem uma cabeça de gado, só palhadão. Na Nacional (Rádio nacional de Brasília) fala de apoio ao homem do campo e nada sai pra *nóis*. A seringa é proibido derribar, mas ninguém acha onde está esse direito. [...] Lá na mata a gente está jogado, se for despejado, deixa arroz, deixa milho, deixa feijão. Fulano chega de fora, come tudo e deixa a gente sem recurso. (José começa a chorar, a essas alturas). Quando a pessoa *véve* roubando aqui na ‘rua’ (cidade) é feio; quando *véve* trabalhando é despejado...” (Varadouro, n.17, dez/79. In: Gonçalves, 1998, p.188. Grifo meu).

Cabe ressaltarmos o papel assumido pelo Varadouro na ascensão do movimento dos seringueiros. Fundado em 77 e extinto em 81, o periódico constituiu um canal de expressão destes atores, diferenciando-se dos demais jornais em circulação no estado, que retratavam as disputas de forma a marginalizá-los. Ao noticiar os conflitos, publicar entrevistas, o Varadouro destacou-se como um veículo de disseminação de idéias, propagadas tanto pelos membros do movimento quanto por seus aliados. Este fato tornou exequível não apenas a divulgação do movimento para a sociedade acreana – com a possibilidade de alcançar outras áreas no país –, mas também a ampliação de sua base de membros e aliados, impulsionando o processo de mobilização e a abertura da estrutura de oportunidades para os seringueiros.

Simultaneamente, o jornal contribuiu para a formação/atribuição de identidade, ao estabelecer uma distinção entre os seringueiros/posseiros e seus opositores, como nos revela o enquadramento da mensagem. Para isto, basta observarmos a reportagem sobre a revolta no seringal Icurian. Recordemos que nesta matéria o jornal estabelece um paralelo entre as categorias “seringueiro” e “posseiro”, distinguindo-as de seu opositor, do alvo das denúncias, no caso a Coapai. Destarte, a atuação do Varadouro aponta para a existência de mecanismos e processos diversos,

que ocorrem paralelamente, complementando-se, a saber: difusão não-relacional, mobilização, formação de identidade.

A mediação representa um segundo mecanismo observado nos processos de mobilização e formação de identidade. Atribuímos a função de mediador principalmente à Igreja e à Contag pela atuação incisiva e fundamental que desempenharam durante a década de 70, embora outros atores tenham ocupado a mesma posição⁴⁶. Como mediadores, estas instituições estabeleceram uma ponte entre grupos distintos e antes isolados se pensarmos que a contenda se desenrolou entre os membros do movimento e seus opositores, os novos proprietários das terras que vinham de fora do estado. Ocuparam, assim, uma posição privilegiada que congregava os planos estratégico e intersubjetivo; se por um lado, inseriam-se na negociação entre as partes – e aqui enfatizamos o papel da Contag e a ação junto aos sindicatos – por outro, sua própria condição lhes permitia forjar uma identidade para os atores do movimento. Neste ponto, salientamos dois fatores: a legitimidade associada à figura do mediador e o reconhecimento/aceitação pelos atores do grupo em relação à identidade construída.

Como enfatizamos no capítulo anterior, os mediadores atuam como tradutores, gozando de um maior ou menor grau de legitimidade entre os membros do movimento e seus opositores, o que lhes confere a possibilidade de estabelecer um diálogo entre as partes, ainda que se posicionem a favor de um ou outro ator da contenda. No que concerne às referidas instituições, estas atuaram de fato como tradutoras da legislação vigente, tornando-a inteligível, mais acessível aos seringueiros. Neste processo de enquadramento da mensagem, fizeram uso de diversas táticas: desde a formulação de documentos, entre estes a Cartilha do Seringueiro e o Catecismo da Terra, à inauguração de cursos e orientação de advogados sindicais aos atores. O prestígio destes mediadores, principalmente da Contag, em relação aos seringueiros foi captado por Gonçalves (1998) em diversos trechos de reportagens do Varadouro, que estabelecem uma relação direta entre a presença da entidade e a “união dos trabalhadores”, garantindo-lhes a liberdade pela

⁴⁶ Entre os demais mediadores, citamos a CPT, referida anteriormente, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Inca, partidos políticos recém criados no estado.

aplicação da lei. E será este respaldo legal que irá assegurar a legitimidade dos mediadores perante as demais instituições e os adversários do movimento, ainda que de forma restrita, ou mínima, se comparada aos seringueiros.

Por meio do enquadramento da mensagem, adaptando a legislação para a realidade do seringueiro, os mediadores procuraram conformar os atores do grupo na identidade de posseiro com o intuito de que estes fossem reconhecidos pelas demais instituições. O reconhecimento pelos “outros”, levando à aquisição de alguns benefícios para os seringueiros (liberdade/autonomia, lotes de terra), sinalizava uma maior legitimidade dos mediadores entre o movimento. No que tange à Contag, este prestígio pode ser expresso no recrudescimento do número de afiliados aos sindicatos ao longo dos anos. O enquadramento do discurso, da ação e da identidade dentro de um marco legal permitia, destarte, maior margem de manobra aos mediadores no contexto político em questão, ao mesmo tempo em que lhes assegurava o apoio do movimento.

Neste sentido, vale destacarmos o consentimento que a formação da nova identidade encontrou entre os seringueiros, ou seja, ao reconhecimento entre os membros do movimento, o “nós”. Consideramos, aqui, dois fatores fundamentais verificados durante o processo de enquadramento: o mínimo de coerência entre os relatos dos atores, a dramatização dos fatos e sua conformação à mensagem propagada por mediadores, aliados, e pelos próprios atores; e a formulação da mensagem, indo ao encontro das expectativas do destinatário. Acreditamos que esta última observação faz-se mais pertinente no caso em questão, justamente pelo fato de a identidade de posseiro ter sido construída pelos mediadores, sendo, portanto, atribuída e em seguida aceita pelos membros do movimento. Relembremos aqui as orientações da Contag quanto à permanência na terra e o não-pagamento da renda ao patrão seringalista. Ao conduzir os seringueiros para adotarem esta postura no conflito, a Contag não apenas “conforma” e “dá sentido” à ação do ator, mas também sinaliza com a possibilidade de se alcançar a grande aspiração do mesmo: a liberdade, expressa na autonomia do seringueiro⁴⁷. Desse modo, os mediadores contaram com

⁴⁷ A alcance desta autonomia vale para tanto para os seringueiros cativos, residentes em grande parte no Vale do Juruá, quanto para os autônomos, residentes no Vale do Acre. Os últimos representavam

um cenário propício⁴⁸ para sua atuação entre os integrantes do grupo, fato que permitiu a aceitação da identidade de posseiro pelos seringueiros.

O reconhecimento do seringueiro como “posseiro” é evidenciado nas reportagens reproduzidas, em especial a última. Além dos elementos salientados acima, os conflitos crescentes somados à percepção de que se fazia necessária a presença dos sindicatos contribuíram para que o discurso entre mediadores e atores assumisse uma “harmonia”. Neste cenário de disputa, a construção da identidade de “seringueiro/posseiro”, ainda que atribuída, possibilitou uma distinção entre as partes envolvidas no conflito: os seringueiros/posseiros/nós *versus* adversários/outros. Por conseguinte, os mediadores auxiliaram na ascensão do movimento, no processo de mobilização, e na delimitação das identidades no conflito, tornando claras as diferenças entre as partes envolvidas, como aponta Paula (1991). Para ele, o sindicato favoreceu

“a identificação dos inimigos de classe. Transformou todas as formas de luta, rompendo com o seu isolamento, unificando as resistências individualizadas e transformando-as em ações coletivas e, acima de tudo, fez com que essas disputas deixassem de ser tratadas como caso de polícia e passassem a ser reconhecidas como uma questão política” (Paula, 1991, p.102).

Contudo, a identidade de posseiro será questionada de forma contumaz a partir de 1980, possuindo como estopim o assassinato de Wilson Pinheiro. Em meio a divergências internas e disputa por influência entre os mediadores, inicia-se o que consideramos como a segunda fase do movimento. Esta fase compreende a construção da “identidade seringueira”, nas palavras de Gonçalves (1998), possuindo como pilar o STR de Xapuri.

3.2.2.

Das divergências internas à construção de uma identidade própria

Ainda no ano de 1975, o governo do Acre é assumido por Geraldo Mesquita. A indicação de Mesquita para o cargo coincide com o início da crise do modelo

cerca de 40% dos ocupantes das terras, segundo estimativas do Inbra. Os dados retirados do censo do Inbra podem ser verificados em Gonçalves (1998) e Paula (2004).

⁴⁸ Gonçalves discorre sobre uma “disposição prévia” dos seringueiros no que concerne à ação dos mediadores, entre estes a Igreja e a CONTAG (Gonçalves, 1998, p.377).

desenvolvimentista, passado o primeiro choque do petróleo, em 73, e a política de distensão adotada pelo governo Geisel. A segunda metade da década de 70 é também um período de intensa mobilização por parte de setores da sociedade civil organizada que clamam pela democratização, face à forte repressão do regime militar, apesar da política oficial, singularizada pelo *slogan* de abertura “lenta, gradual e segura”. É, portanto, neste contexto de decadência do regime militar que deve ser entendida a postura adotada pelo novo governador do Acre.

Durante seu governo, Mesquita aproximar-se-á dos “acreanos”, distanciando-se da linha política seguida pela gestão anterior. O novo governo procurará valorizar a atividade extrativista, que constituía a parte majoritária da receita do estado, em detrimento da agropecuária que, além de se mostrar pouco lucrativa se comparada ao extrativismo, levou à desestruturação da sociedade acreana, gerando impactos como o aumento do cinturão de pobreza, o inchaço das cidades, o desmatamento e o aprofundamento dos conflitos pela terra. Outrossim, Mesquita buscará colocar-se como um aliado dos seringueiros, incentivando a instalação e comparecendo à inauguração de sindicatos, aos eventos populares, colocando-se “a favor dos trabalhadores”. Neste quadro de aproximação com o movimento, Mesquita não apenas atuará como um aliado e mediador no conflito, mas disputará espaço com os demais mediadores – em especial com o sindicalismo e a Igreja, os mais relevantes mediadores – buscando a obtenção de maior influência e prestígio entre os integrantes do grupo. A passagem abaixo ilustra esta disputa:

“O governador Mesquita disputava espaços políticos com a Igreja e a CONTAG no próprio movimento. Em 1977, as manifestações do dia 1º de maio (dia do trabalhador) foram realizadas no salão paroquial, e o governador compareceu ao ato. Após alguns discursos de lideranças sindicais e do advogado da CONTAG, Pedro Marques, atribuindo a organização dos trabalhadores às conquistas obtidas pelo movimento, Mesquita tomou a palavra e disse: ‘Isso tudo aí é lero-lero, o pai de vocês sou eu, pai dos trabalhadores do Acre, se vocês conseguiram alguma coisa, foi graças a mim’” (Arquillau Melo, entrevista. In: Paula, 1991, p. 108).

Mas se a disputa entre mediadores pode ser compreendida como uma maior abertura da estrutura de oportunidades para o movimento, ao angariar mais aliados para a contenda, o cenário não era completamente favorável aos seringueiros. No município de Xapuri, a paróquia seguia a linha conservadora, reprimindo as manifestações e tentativas de organização do grupo. Outrossim, em 79, Mesquita

deixa o cargo, que é assumido por Joaquim Falcão Macedo. Este tenderá a uma reaproximação com os “paulistas”, em um momento no qual os níveis de violência no campo, de um modo geral, atingem índices sem precedentes. No Acre, a situação não será distinta. Com o re-estreitamento das relações entre o Executivo e os pecuaristas, estes perceberão a estrutura de oportunidades como mais aberta, dando margem ao recrudescimento dos conflitos entre “paulistas” e seringueiros/posseiros. Este período será singularizado pelos assassinatos (ou sua tentativa) de lideranças ou atores específicos, entendidos como fundamentais para a manutenção do movimento.

Em julho de 1980, o presidente do STR de Brasília, Wilson Pinheiro, é assassinado nas dependências do sindicato. Seu assassinato desponta como um fato simbólico que desencadeou uma série de eventos, constituindo o que McAdam, Tarrow e Tilly classificam como o “elemento catalisador imediato de um episódio” (McAdam et al, 2001, p.109). Pinheiro era tido como a principal liderança do sindicalismo no estado, projetando-se nacionalmente. Estava à frente de grandes empates, como o realizado em 79 no município de Boca do Acre, e conhecido como “O mutirão contra a jagunçada”. Era, ainda, presidente da Comissão de Fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre.

A primeira reação a sua morte remete-se a um ato público em Brasília, organizado por representantes sindicais e políticos locais. Dias mais tarde, o fazendeiro Nilo Sérgio, conhecido como Nilão e considerado o mandante do crime, foi encontrado morto em uma emboscada planejada por seringueiros e colonos. Logo após este acontecimento, os trabalhadores foram reprimidos pela polícia, que indiciou Luis Inácio Lula da Silva, Francisco Alves Mendes Filho (Chico Mendes), Jacob Bittar, João Maia Filho e José Francisco, respectivamente o delegado regional e o presidente da Contag, na Lei de Segurança Nacional sob a acusação de terem incitado a vingança através de seus discursos durante a manifestação.

A partir deste episódio, e dada a sua repercussão, formou-se no Acre uma Comissão de Alto Nível para investigar os conflitos de terra na região. A Comissão era composta por representantes do governo estadual e de organizações sindicais, entre estas a Contag, por pecuaristas, representantes da imprensa, da Igreja, do Inbra e pelo presidente da Federação de Agricultura do Estado do Acre (Faeac) – entidade

criada em 1975 para se contrapor aos sindicatos de trabalhadores rurais. A medida proposta pela comissão para solucionar as disputas na região resume-se na expressão “indenização por um lote de terra”. Por meio desta, entende-se que os proprietários deveriam indenizar com lotes de terra os seringueiros, que contariam com um prazo de 24 meses para se deslocarem para as novas aquisições; esgotadas todas as formas de negociação entre as partes, a indenização se daria apenas em dinheiro.

O relevante a se destacar, no que tange à medida, é o fato de esta basear-se claramente na proposta de negociação seguida pela Contag, expressa na indenização e aquisição de lotes, estabelecendo uma convergência com a reforma agrária presente no Estatuto da Terra e defendida pela entidade. Ademais, ao pautar-se por tal proposta, a medida ratificava e auxiliava na construção da identidade de posseiro para os seringueiros. Destarte, a solução acordada representou, seja pela força das circunstâncias, a legitimação da Contag entre e pelos diversos atores participantes da Comissão, assim como a consagração de uma identidade atribuída. Não obstante, a estratégia adotada pela entidade sindical já encontrava resistência entre alguns atores do movimento por não a considerarem adequada à realidade do seringueiro.

Aliada a esta constatação, que sinaliza uma divergência interna ao movimento, ressaltamos dois fatores: a desarticulação experimentada pelo grupo após a morte de seu líder mais proeminente e a percepção entre alguns atores do grupo de que se fazia necessário o fortalecimento das bases a fim de se evitar novos desajustes no caso de morte de outras lideranças. Esta percepção era defendida por Chico Mendes e se destacou como uma das metas do STR de Xapuri, contribuindo para o enfraquecimento da Contag entre uma parte do movimento. A desarticulação das bases deveu-se não apenas à perda de um ator que concentrava as atenções e o poder de mobilização, mas também às ações implementadas pelo governo federal, via Incra, no vale do Acre, e que culminaram no esvaziamento do sindicalismo na região. Entre as ações citamos a desapropriação de terras para o assentamento de trabalhadores em Brasiléia, Xapuri e Rio Branco.

Em Xapuri, passado o período de apoio aos seringueiros – com a transferência do conservador Padre Carneiro e sua substituição por Padre Havallone, em 77, mesmo ano em que é fundado o STR de Xapuri – a paróquia local sofre uma

reestruturação. Padre Havallone é transferido para a Itália. Simultaneamente, o sindicato experimenta uma crise em sua direção: Luiz Damião é afastado, acusado de suborno, má utilização de recursos do sindicato e omissão face aos desmatamentos que continuavam a ocorrer na região. O então diretor do sindicato optava por seguir a linha da Contag, buscando acordos com os proprietários, além de não respaldar os empates implementados pelos afiliados à organização. Pesava também sobre Damião a crítica de uso do cargo em benefício próprio. Em seu lugar, assume Derci Telles e, posteriormente, Chico Mendes. Neste contexto, um fato foi decisivo e significou a perda de influência da Contag: o rompimento de relações do STR de Xapuri com a entidade. É a partir deste rompimento que o processo de construção da identidade dos seringueiros enquanto uma identidade política⁴⁹ se desenrola de maneira mais incisiva.

O quadro delineado acima evidencia que as divergências internas ao movimento cruzavam com a disputa entre os mediadores, tornando o conflito mais complexo. Neste ponto, vale aludirmos à participação dos partidos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores. O PT é fundado no estado aproximadamente no mesmo período em que Pinheiro é assassinado, em março de 1980. Sua fundação foi de grande relevância para o movimento, o que não poderia ser diferente, visto que o partido apoiava-se em uma base sindical, possuindo como reduto a região do ABC Paulista. No Acre, o PT contou com o apoio dos STRs para a sua organização, sob a orientação da Contag. Com efeito, João Maia é apontado como o grande articulador deste processo (Paula, 1991, p.156).

Entretanto, o suporte inicial da Contag será retirado a partir de 83. No ano anterior, João Maia e Chico Mendes (até então, vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro, o MDB) lançaram suas candidaturas para deputado estadual pela sigla do partido. Ambos foram derrotados nas urnas, embora Chico Mendes tenha alcançado uma vaga para suplente. O grande vencedor das eleições para o governo do estado foi o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB),

⁴⁹ De acordo com McAdam, Tarrow e Tilly, uma identidade é considerada política quando esta constitui a base das demandas direcionadas aos governos, ou quando estes estão envolvidos de alguma forma no conflito, mesmo que indiretamente e, portanto, não figuram como o objeto das demandas (McAdam et al, 2001, p.134).

partido que viu sua base política ampliada a partir da adesão de diversos atores, inclusive de intelectuais que apoiavam o movimento e passaram a ocupar cargos indicados pelo novo governo. Sabe-se que no estado do Acre, grande parte das atividades são desempenhadas por funcionários vinculados à administração pública, seja no plano municipal, estadual ou federal. É neste contexto que a Contag regional, presidida por João Maia, decide se afastar do PT e apoiar o PMDB, mostrando-se mais próxima à postura seguida pela Contag nacional. Nesta mudança de posição, a organização é acompanhada por seis sindicatos de trabalhadores rurais.

A busca por recursos – sejam materiais, políticos – patente na atitude da Contag encontrou forte oposição em Xapuri. Conforme nos indica Paula, os líderes do STR de Xapuri consideravam a postura da Contag como “uma ‘traição’ aos trabalhadores e ao movimento sindical” (Paula, 1991, p.160). Além da percepção, exposta acima, de que o movimento se desarticulava e da desaprovação da proposta defendida pela entidade, a Contag atuou de modo vacilante no município diante da crise experimentada pelo sindicato. Somada aos demais fatores, sua fraca atuação contribuiu para a perda de prestígio entre os atores daquela localidade. O STR de Xapuri opta, assim, por romper com a Contag, abandonando a tática de aquisição de lotes e atribuindo aos empates uma outra conotação. Esta forma de resistência assumirá um papel de destaque para a mobilização e o fortalecimento das bases.

A ruptura com a Contag representou uma nova fase para o movimento, um momento de reconstrução do ator coletivo, envolvendo a reformulação de interesses e identidade. Fundamental para este processo será o reenquadramento da ação. Se a permanência na terra sempre esteve presente nos empates, a partir daquele momento esta forma de resistência não mais funcionará como um mecanismo de pressão que objetivava as negociações com os proprietários. Pelo contrário, os empates servirão como um meio para permanência na e da floresta, representada pelas colocações, que incluíam a moradia do seringueiro e a área de floresta com as estradas de seringa. Note-se o enfoque que dispensamos à floresta (colocações) em detrimento da terra (lote), visto que o primeiro substantivo atribui à reivindicação do grupo a conservação de um modo de vida que lhe é próprio, respeitando-se sua cultura, um código de símbolos e valores perdidos quando da “transformação” do seringueiro em posseiro.

Devemos salientar que as expressões em defesa da floresta serão incluídas de forma explícita no discurso dos atores apenas em meados da década de 80. Advertimos, ainda, que os depoimentos dos seringueiros até o atual momento enfatizam o empate como uma resistência pelo direito de permanecer na terra. Contudo, a terra equivale às colocações, não a “um pedaço de terra”, um lote⁵⁰. Assim, a permanência na terra defendida nos empates de Xapuri significa, no nosso entendimento, a permanência **na** e requer a permanência **da** floresta.

Recordemos aqui a primeira grande resistência dos seringueiros, no seringal Carmem. Seguindo as diretrizes da Contag, Chico Mendes orientou os participantes a aceitarem a indenização sob a forma de lotes, aparecendo, inclusive, como uma das testemunhas no acordo assinado entre um seringueiro e o proprietário do seringal, como adverte Calaça (Calaça, 1993, p.182-13). Sobre este episódio, Mendes declarou mais tarde:

“Nós não tínhamos ainda um rumo definido, a saída foi aceitar um acordo e garantir pelo menos um lote de terra. Em troca de suas colocações os seringueiros receberam alguns pedaços de terra. Não foi um bom negócio. Seringueiros transformados em agricultores da noite para o dia não deu certo. Pouco tempo depois venderam ou abandonaram os lotes e muitos deles foram cortar seringa na Bolívia.

Apesar da derrota, a partir daí foram dados os primeiros passos na definição de uma estratégia de luta mais abrangente. O movimento foi se generalizando e alcançando toda a região do Vale do Acre. Tratava-se agora de impedir o desmatamento, defender as colocações. O empate estava consagrado como forma de luta” (Sobrinho, jan/jun 1992, p.184).

O discurso deste líder e mediador revela a mudança de imagem para os integrantes do movimento: a defesa do modo de vida do seringueiro pressupunha a conservação da floresta, já que uma colocação de seringa varia entre 300 e 500ha, aproximadamente. A aquisição de lotes, estratégia defendida pela Contag como uma solução dentro da legalidade, de fato não solucionava a questão. Os seringueiros poderiam até permanecer na terra, mas não na floresta; um módulo entre 55 e 100 hectares não assegurava ao ator a manutenção das estradas de seringa ou das castanheiras, recursos básicos para sua sobrevivência enquanto seringueiro, além de não comportar outras práticas compatíveis com a cultura seringueira/cabocla, como a

⁵⁰ Raimundo de Barros relata que “o início de nossa resistência não era por um lote de terra, era pela defesa das nossas colocações. A nossa resistência se deu justamente para conquistar o direito de permanecer na terra”. Este mesmo argumento também está presente na entrevista de “Bóca”, ao afirmar que a luta visava “garantir a terra”.

caça, a pesca. Mais uma vez recorreremos às palavras de Chico Mendes, pois estas nos fornecem um panorama da situação, tornando aparente a ineficácia da proposta defendida pela Contag e apoiada pelos demais mediadores – Igreja, o governador Geraldo Mesquita, que impulsionou em sua administração projetos de colonização através de agências públicas estaduais, como a BANACRE, a COLONACRE. Segundo Mendes:

“No início da luta tentamos assegurar a posse da terra com base no Estatuto da Terra, que assegurava o direito à posse desde que o posseiro trabalhasse a terra por mais de um ano e um dia. Enquadrar o seringueiro na condição de posseiro até que foi fácil. [...] A justiça considerava posse a área de cultivo, o barraco e outras benfeitorias. As estradas de seringa nunca foram aceitas com benfeitorias ou áreas de posse efetiva. Por aí a coisa ficava difícil de ser resolvida. A gente podia garantir sua permanência na colocação, pelo menos uns cem hectares, mas não era a solução. O seringueiro tinha que ceder as estradas de seringa e com isso era um homem liquidado. A derrubada de seringueiras e castanheiras era inevitável e sem elas o trabalhador não sobreviveria. A garantia do lote não impedia o desmatamento. A Reforma Agrária do Incra, com base no Estatuto da Terra, não servia para o seringueiro. Passamos a lutar pela permanência na colocação com as estradas, com seu traçado original. Isso corresponde a 300 ou mais hectares. Mobilizamos o pessoal pra luta. Vamos empatar o desmatamento” (Sobrinho, jan/jun 1992., p.184. Grifo meu).

Era preciso, portanto, encontrar uma solução efetiva, questão que passava pela redefinição da identidade do ator, associada ao seu interesse e ao sentido da ação. O empate, redirecionado para a permanência na e da floresta e a garantia da sobrevivência do ator, tornou esta alteração exequível, ao propiciar um momento específico de interação entre os atores face aos seus opositores. Ademais, excluía-se desde aquele período a presença da Contag como mediadora na contenda. A ação coletiva, antes eficaz para a formação da identidade de posseiro, foi enquadrada para a construção da identidade de seringueiro e se constituiu como a principal estratégia adotada pelo sindicato de Xapuri.

Entende-se por empates os mutirões compostos por seringueiros e, posteriormente, por mulheres e crianças para impedir a expulsão destes atores de suas colocações. Embora os seringueiros fossem armados com foices ou armas até o local onde se pretendia efetuar a derrubada da floresta, as ações se destacavam por seu caráter pacífico, pela tática do convencimento, da persuasão, como adverte Chico Mendes em entrevista à antropóloga Mary Allegretti. Segundo o principal líder do

movimento, os seringueiros compareciam aos empates armados em virtude da situação vulnerável em que se encontravam, diante dos jagunços, presentes nos locais dos empates para assegurar a “limpeza” da área. Não obstante, os seringueiros procuravam dialogar com os peões encarregados do serviço; evocavam o fato de serem trabalhadores “pobres”, “sofredores”, características que seriam compartilhadas com os peões, também pobres e sofredores. Os seringueiros, assim, procuravam atingir o lado emocional do destinatário da mensagem. Por meio do enquadramento do seu discurso, conseguiam na maioria das vezes despertar nos peões a solidariedade. O uso das armas era, portanto, o último recurso (Allegretti, 2002, p. 331-332).

Este contorno pacífico foi incentivado pelos líderes sindicais de Xapuri, que acreditavam, dessa maneira, obter o apoio de mais aliados externos ao movimento, redesenhando e ampliando seu campo de oportunidades⁵¹. Outro aspecto relevante dos empates refere-se ao instante prévio a sua execução. De acordo com Paula (1991), à denúncia acerca da tentativa de desmatamento e expulsão seguia-se a discussão entre os membros da delegacia sindical mais próxima e os atores da localidade atingida. O intuito era precisar a situação, obter dados sobre a área, o número de moradores, etc. Tomada a decisão de “empatar” o desmatamento, o sindicato convocava os seringueiros para a ação.

Aqui, o papel da Contag é deslocado para o STR de Xapuri face à disputa de posição estabelecida entre os mediadores e que se intercalava com as divergências internas ao grupo, como já explicitamos. Tal disputa sucedeu, ainda, entre o sindicato e o setor do PT que mantinha ligações com a Igreja local. Este setor se contrapunha à liderança de Chico Mendes, declaradamente comunista, e seus aliados dentro do movimento. Outra observação derivada das informações contidas no parágrafo anterior está relacionada à interação entre os atores e a distinção das partes na contenda. Durante o processo que compreendia a preparação para o empate, sua execução e o desfecho do conflito, os atores estabeleciam ou aprofundavam as relações entre si. Aliado a este fato, o novo sentido atribuído à ação e sua prática

⁵¹ De acordo com entrevista concedida a Grzybowski, o intuito do movimento era criar “fatos políticos” (Grzybowski, 1989, p.40).

pelos mesmos contribuíam para dois aspectos: o reconhecimento dos atores como integrantes de um grupo, compartilhando valores e laços de solidariedade, o que resultou em sua união e identificação como seringueiro; conseqüentemente, sua diferenciação em relação aos posseiros e seus opositores, os “paulistas”.

Os seringueiros, ao defenderem uma causa necessária a sua sobrevivência e compatível com a sua cultura, lograram em romper com a identidade de posseiro, ainda que esta lhe tenha sido útil para delimitar os dois lados na disputa, a princípio: seringueiros/posseiros e proprietários. A construção do “nós” versus “o(s) outro(s)” ocorria em meio à oposição, considerando em sua base fatores como normas culturais e interesses: o seringueiro não é posseiro nem proprietário de terra; inscreve-se e reconhece-se em um código de valores que lhe confere interesses distintos dos demais sujeitos. A construção de identidade é, sobretudo, um processo relacional⁵². Neste processo, os empates sobressaíram como o momento no qual esta diferenciação relacional se desenvolveu, estabelecendo um marco entre os personagens da contenda. A este respeito, Paula tece uma série de considerações, indo ao encontro do nosso argumento:

“[...]Nesse momento é criado tanto um espaço de confraternização entre os participantes (nas conversas informais, nas brincadeiras, nas cantorias, etc...) como também, em certas ocasiões, para o estreitamento dos laços de união nos momentos de maior tensão, nos confrontos com a polícia e com os capatazes dos fazendeiros nos acampamentos dos peões.

Os empates estabelecem o confronto, marcando a diferença de interesses. Os seringueiros vivenciam esse fato nas suas reuniões, nas áreas de conflito e no enfrentamento da polícia que, ao defender os interesses dos fazendeiros, mostra nitidamente de que lado está o governo. Isso politiza mais esses conflitos, criando condições para que, no processo de lutas, eles reconheçam o seu lugar na sociedade, os seus aliados e os seus inimigos, contribuindo decisivamente na formação da identidade política.

A identidade do seringueiro deixa, assim, de indicar apenas uma atividade funcional (extrator de látex) e assume um significado político, indicando oposição ao fazendeiro, ou seja, no confronto de dois segmentos de classes opostas, revela-se com maior nitidez o antagonismo dos interesses em disputa e os diferentes lados ocupados pelos indivíduos em uma sociedade dividida em classes. Os ‘seringueiros’, despossuídos da propriedade legal da terra, lutam para manter suas condições de reprodução social, o que implica, fundamentalmente, na preservação da floresta e na sua permanência nela. Os ‘fazendeiros’, possuidores da propriedade da terra, têm interesses em eliminar as atividades extrativistas, substituindo-as pela pecuária de

⁵² Este caráter relacional da construção de identidade - uma designação teórica - é também ressaltado por Gonçalves (Gonçalves, 1998, p. 103).

corde, o que implica na derrubada da floresta e, conseqüentemente, na expulsão dos seringueiros” (Paula, 1991, p.165-166).

Além dos empates, outras iniciativas foram desenvolvidas com o objetivo de consolidar a identidade de seringueiro, ao mesmo tempo em que auxiliavam na captação de aliados, expandindo a margem de ação política do movimento. Entre estas iniciativas, salientamos a criação do Projeto Seringueiro e do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), entidade da qual trataremos no capítulo seguinte. O Projeto Seringueiro foi criado em 1981, implantado no ano seguinte, e partiu de uma articulação entre Chico Mendes, alguns intelectuais, entre os quais Mary Allegretti, e integrantes da Secretaria de Cultura do Ministério da Educação, através do Projeto Interação. Estes dados nos apontam, destarte, que o processo de construção de uma nova identidade para o movimento teve início mesmo antes da ruptura do STR de Xapuri com a Contag, o que já sinalizava a tensão entre estes atores.

O Projeto Seringueiro tinha por objetivo promover a alfabetização entre os seringueiros adultos através da implantação de escolas nos seringais. Para isto, o projeto contava com a experiência de profissionais nas mais diversas áreas – Antropologia, Arquitetura, Filosofia – que atuavam como professores. Este projeto de alfabetização calcava-se na cultura do grupo, ressaltando o que os seus idealizadores consideravam como as particularidades dos atores em questão. Neste ponto, sobressaía a ênfase atribuída ao seringueiro como um trabalhador típico do extrativismo da região Amazônica. Em virtude deste fato, a figura do seringueiro não se adequava às demais categorias de trabalhadores rurais, todas reconhecidas juridicamente, como o posseiro, o colono, o arrendatário. O seringueiro vinha de uma cultura específica da Amazônia, ligada à atividade extrativista. Deste modo, o projeto advertia que as soluções para os conflitos agrários aplicados em outras partes do país não se inscreviam na realidade seringueira.

A iniciativa revela a necessidade de se estabelecer uma distinção entre os seringueiros e os demais trabalhadores rurais por meio da construção e afirmação de uma identidade própria, em oposição àquela atribuída pela Contag e a Igreja e endossada pelos demais mediadores. Procurava-se, assim, atentar para a reivindicação defendida pelo STR de Xapuri, expressa na permanência do ator na floresta, levando-

se em consideração a conservação da colocação e das estradas de seringa, imprescindíveis para a sobrevivência do seringueiro. Ademais, a proposta atuava na reestruturação das bases do movimento, já que a alfabetização dos adultos, via o método Paulo Freire, vinha atender a demanda para a formação de quadros no sindicato do município e a ampliação de sua base de militantes.

Estas preocupações e sua inclusão na educação do grupo refletem a originalidade do projeto, que se constitui ao nosso ver como o primeiro passo mais concreto rumo à construção da “identidade seringueira”, apesar da existência prévia de uma percepção entre os líderes sindicais de Xapuri sobre a ineficiência da proposta encabeçada pela Contag. Outrossim, expõem a estreita vinculação entre o projeto e o STR de Xapuri. Foi devido às pressões deste sindicato que o projeto se expandiu para além do seringal Nazaré, onde foi fundada a primeira escola. A partir de então, a escolarização dos seringueiros passou a dispor do auxílio dos integrantes do movimento que, habilitados pelo curso de formação de professores oferecido por uma equipe, se propunham a ministrar as aulas para o restante do grupo.

O desenvolvimento do projeto ficou a cargo do Centro de Documentação Popular – Cedop – entidade criada por Allegretti, e que recebeu recursos do MEC e da Oxfam, entidade inglesa, por meio de seu representante regional, Tony Gross. Ainda que timidamente, o movimento iniciava uma aliança com um ator internacional, mediada por Allegretti. Um fato a se ressaltar é a influência que a antropóloga vai adquirindo diante dos seringueiros e também de Chico Mendes, ocupando uma posição estratégica para a projeção do movimento. Enquanto mediadora, Allegretti destaca-se na trajetória dos seringueiros como peça-chave, “costurando” alianças internas e externas ao movimento, como fica claro em sua atuação na construção da identidade seringueira e na articulação com a Oxfam. Sua contribuição para o ator coletivo tornar-se-á cada vez mais incisiva, adquirindo por sua vez maior legitimidade perante o grupo. É recorrente os seringueiros reiterarem em conversas, entrevistas, “o respeito que Chico tinha por Mary”. Assim, a antropóloga desfrutava de um prestígio que foi consolidado anos mais tarde, em

especial a partir da transnacionalização do movimento e da implantação das reservas extrativistas⁵³.

Uma outra questão que deve ser mencionada concerne à superposição das identidades seringueiro/posseiro. Ainda no ano de 81, Chico Mendes concede uma entrevista à Allegretti, na qual aponta os seringueiros que ocupam as terras do Acre como posseiros. Vejamos abaixo um trecho da entrevista:

“CM: Olha, essa história do *empate*-derrubada começou a partir de 78, quer dizer, 77 já começou, 76, eu lembro que houve o primeiro *empate* na Fazenda Carmen em Brasília, onde 60 peões foram barrados pelos trabalhadores. Foi a primeira forma que o trabalhador encontrou, o primeiro teste que eles fizeram, diante de toda a pressão do latifúndio, dos fazendeiros, foi então fazer esse primeiro *empate* que eu me lembro. Foi na Fazenda Carmen, em 76 ainda eu era, pertencia à Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília. Quer dizer, esse primeiro *empate* foi uma pequena vitória, já, porque atraiu a presença de todas as autoridades do INCRA, do próprio Exército, finalmente, do Governo, e já houve o primeiro acordo. Houve um primeiro acordo entre fazendeiro e posseiro. Ainda foi um acordo muito fora daquele que podia ser mesmo, porque uns receberam 30 hectares, pessoal não tinha ainda, não tinham pensado uma forma melhor de decidir as coisas, uns acharam que 30 hectares táva bom, outros com 70, então, a partir daí, quer dizer... mas de qualquer maneira já foi uma vitória dos trabalhadores.

MA: E eles...esses seringueiros, eles são todos posseiros?

CM: Sim, todos são posseiros. Realmente são posseiros.

MA: E quem está comprando as terras?

CM: São os empresários que vêm de fora. No Acre se diz 'paulista'. Mas geralmente essa palavra *paulista* foi assim uma forma que o povo usa em termo geral, mas que não é só os paulistas, são paranaenses, mato-grossenses, mineiros, goianos, todo esse povo, quer dizer, que tem capital, que chegou aqui, que encontrou espaço, as portas abertas. Realmente os governos anteriores diziam que o Acre tinha terra barata, farta... O único culpado, a meu ver, é também o próprio governo que foi lá levar a campanha, uma propaganda, que no Acre tinha terra farta, barata, mas não disse que lá dentro tinha os trabalhadores posseiros, que habitam aquela terra, que foram eles que realmente conquistaram essa terra para o Brasil [...]” (Allegretti, 2002, p. 332).

Note-se que, embora Chico Mendes tenha figurado como um dos idealizadores do Projeto Seringueiro, dado que expressa sua participação ativa na construção da identidade de seringueiro, a citação acima revela a persistência de uma “mescla” entre duas categorias. Simultaneamente, observa-se neste período uma distinção que se quer fazer valer entre estas identidades. A superposição exposta

⁵³ A admiração de muitos seringueiros por Allegretti é reforçada não só pelo discurso, mas também por meio de documentos, como fotos, guardadas por alguns deles. Em visita ao seringal Cachoeira, Nilson Teixeira Mendes fez menção a Allegretti, mostrando uma série de fotos tiradas quando da presença da antropóloga no seringal.

acima nos faz refletir sobre a pertinência de uma identidade seringueira. Voltemos ao processo de construção desta identidade. Aqui, profissão e cultura atuam paralelamente para forjar uma identidade ao sujeito em questão, como queda patente na proposta do Projeto Seringueiro. Se por um lado a atividade extrativista e todo o conjunto de símbolos associados a tal atividade (a permanência na floresta, o corte da seringa, o caminho percorrido pelas estradas, a defumação do leite) atribuem significado à figura do seringueiro, por outro a existência de valores e símbolos associados à floresta e à cultura cabocla também atuam na construção da identidade de seringueiro, reforçando-a.

Neste sentido, a crença em entidades sobrenaturais específicas da floresta, como o Mapinguarí, e a mescla de uma identidade da cultura do branco (nordestino) com a cultura indígena, incorporando os símbolos relacionados ao seringueiro enquanto um extrator, atuam igualmente para a conformação da identidade. E será esta cultura do seringueiro que sobressairá como um elemento-base para o estabelecimento da identidade do ator político. Em virtude desta particularidade, torna-se possível entender por que, apesar da ambigüidade presente na fala de Chico Mendes, a construção da identidade de seringueiro e seu reconhecimento pelos membros do movimento sucedeu de forma tão rápida e não se constituiu como uma ação puramente estratégica, incentivada pela manutenção do movimento e pela necessidade do STR de Xapuri de firmar-se entre seus membros, diante da disputa de poder interna ao ator coletivo. A cultura seringueira, enraizada no cotidiano da floresta, ainda nos esclarece por que, pese a superposição de categorias declarada na entrevista, os atores se reconhecem até os dias atuais como seringueiros, exercendo ou não a profissão, como nos indica Marchese (2005).⁵⁴

Os fatos relatados, ao contrário de colocarem em xeque a formação da identidade de seringueiro, na verdade deixam transparecer toda a complexidade e dificuldade enfrentada pelos atores do movimento ao longo deste processo. Tal processo irá adquirir contornos ainda mais complexos a partir da transposição do

⁵⁴ Marchese (2005) estabelece uma análise antropológica da identidade de seringueiro, avaliando a perspectivaêmica, calcada na subjetividade expressa na cultura do grupo, e a ética, que parte da aplicação de modelos teóricos ao objeto de estudo.

movimento para as escalas internacional, transnacional e global, como analisaremos na próxima seção.

3.3. Conclusão

Os fatores explorados ao longo deste capítulo nos permitiram traçar um histórico sobre a ascensão e o desenvolvimento do movimento dos seringueiros. Verificamos o papel decisivo exercido pelos primeiros mediadores do conflito, a saber, a Igreja e a Contag, principalmente a última instituição. Tais atores posicionaram-se a favor dos seringueiros, constituindo seus primeiros aliados. Atuaram no marco da legalidade, o que lhes conferiu um maior grau de legitimidade, necessária para que estes transitassem entre os dois “mundos” que compunham a contenda. A partir desta perspectiva, estes mediadores empenharam-se em construir uma identidade para os seringueiros, calcada no ordenamento legal representado pelo Estatuto da Terra, em especial, e o Estatuto do Trabalhador Rural. Este processo obteve o respaldo dos demais mediadores – como o governo do estado, na gestão de Geraldo Mesquita, a CPT, entre outros – que contribuíram para consolidar e reforçar uma identidade atribuída aos membros do movimento: a identidade de posseiro. Outrossim, contaram com o apoio do periódico “O Varadouro”, um canal de difusão das idéias sobre o movimento, disseminadas pelos mediadores e pelos próprios seringueiros. O periódico, portanto, figurava como um espaço de expressão não apenas dos mediadores, mas dos seringueiros, concedendo-lhes voz.

Através da atuação dos diversos aliados junto ao movimento, observamos um período marcado por processos que sucederam simultaneamente, complementando-se: mobilização das bases, difusão relacional e não-relacional, bem como a construção/atribuição de identidade. Neste cenário, constatamos, ainda, a abertura paulatina da estrutura de oportunidades políticas para o movimento. Esta observação decorre dos fatos apresentados e, particularmente, da percepção presente entre os atores. Devemos salientar, ainda, a aceitação da identidade de posseiro pelos seringueiros de um modo geral, o que se explica pela maior segurança que encontravam junto aos sindicatos. Estas organizações desfrutavam de grande

prestígio entre os seringueiros, assegurando-lhes a liberdade frente ao patrão seringalista e a permanência na terra, em um momento marcado pela chegada dos novos proprietários rurais e expulsão dos antigos ocupantes. Dessa forma, os sindicatos eram vistos como fundamentais pelos atores para defender seus direitos e enfrentar a violência impetrada pelos proprietários rurais, balizados pelo aparato estatal.

No entanto, a aquiescência inicial dos membros do movimento com relação à identidade de posseiro sofre uma alteração. Esta mudança ocorre em meio à disputa entre mediadores por influência e às divergências dentro do próprio movimento. Enquanto mediadores, como o governador Geraldo Mesquita, tentavam se legitimar perante o movimento, em detrimento da Igreja e da Contag, a percepção de que as orientações da Confederação não eram adequadas à situação particular dos seringueiros firmava-se entre algumas lideranças sindicais. Neste sentido, o STR de Xapuri será o foco das divergências entre o movimento e a Contag e estará à frente do processo de construção da “identidade seringueira”. A partir deste período, cujo marco associamos ao ano de 1981, o movimento experimenta sua segunda fase, singularizada pela formação de uma identidade própria, concomitantemente à ampliação de sua base e à busca por mais aliados. Também neste período, vai se firmando a posição de alguns atores de destaque para o movimento: Chico Mendes, como líder e mediador, e Mary Allegretti, como mediadora.

A identidade de posseiro, a princípio eficaz para estabelecer uma distinção entre as partes da contenda, passa a ser questionada e, mesmo, negada posteriormente. A identidade de seringueiro é construída em relação ao posseiro, aos proprietários rurais, opondo-se a estes. Tal processo se tornará mais complexo quando do contato do grupo com atores transnacionais, em direção à transposição do movimento para outras escalas além da local. Durante a transnacionalização do grupo, complexifica-se, ainda, o papel dos mediadores, como verificaremos no próximo capítulo.